

PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN: A QUESTÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

PATIENTS WITH DOWN SYNDROME: THE INCLUSION OF SOCIAL ISSUE IN EDUCATION

MARTA CRISTINE NUNES DA SILVA MANESCO^{1*}, RODRIGO CASALI²

1. Aluna do curso de pós-graduação Formação Pedagógica para Docência da Faculdade Ingá; 2. Professor, orientador do curso de pós-graduação Formação Pedagógica para Docência e Mestre em História área de Concentração em História Região e Identidades.

* Rua Conselheiro Rodrigues Alves, 236, Centro, Botucatu, São Paulo, Brasil. CEP: 18602-310. martamanescoalmeida@hotmail.com

Recebido em 08/10/2013. Aceito para publicação em 09/10/2013

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar e compreender através da revisão de literatura, a necessidade de formação pedagógica do educador para atuar na inclusão social do educando portador de Síndrome de Down. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura com periódicos publicados no período de 1988 a 2013. A pesquisa mostra que há uma política com proposta inclusiva no Brasil que, embora imperfeita, busca orientar o caminho da inclusão. Conseqüentemente deve-se garantir ao educando portador de Síndrome de Down experiências que sejam fundamentais para o seu desenvolvimento, pois, dentro de suas potencialidades podem abraçar estágios muito mais avançados de raciocínio e de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, portadores de deficiência e síndrome de Down.

ABSTRACT

This study aims to identify and understand through the literature review, the need for pedagogical training of educators to work in the social inclusion of the student carrying Down syndrome. Therefore, there was a regular with literature review published from 1988 to 2013. The research shows that there is a comprehensive proposal with politics in Brazil that, while imperfect, seeks to guide the path of inclusion. Consequently one should ensure to the student carrying Down syndrome experiences that are critical to their development, therefore, within its capabilities can embrace more advanced stages of reasoning and development.

KEYWORDS: Inclusive education, people with disabilities and Down syndrome.

1. INTRODUÇÃO

Síndrome de Down é uma cromossopatia, ou seja, uma síndrome cujo quadro clínico global deve ser explicado por um desequilíbrio na constituição cromossômica, no caso, a presença de um cromossomo extra no par 21, caracterizando a trissomia do 21¹. (BRUNONI, 2006).

Sendo assim, são consideradas pessoas com necessidades educacionais especiais.

É extensa a discussão em torno da inclusão dos portadores da síndrome de Down, ao mesmo tempo em que se lança como desafio para a prática pedagógica dos educadores contemporâneos.

O sistema educacional brasileiro está diante desse desafio de alcançar a educação que contemple a diversidade da condição humana. No contexto escolar, as perspectivas reincidentes na prática inclusiva em sala de aula, sendo atribuições dos profissionais da educação o compromisso da sua efetivação. Com isso, o professor é instigado continuamente a responder às novas expectativas para o processo da educação².

Atualmente, a educação tem como um dos princípios básicos a integração e a relação do professor que deve ser fundamentada, perante o aluno, na confiança e na percepção para uma interação e atuação mais profissional que vise favorecer uma melhor forma do aluno sentir, pensar e atuar enquanto tal na sala de aula³.

As características do professor têm grande influência na qualidade de ensino, onde o mesmo deve, além do domínio de conteúdo, que transmiti-lo com o fim obter uma boa relação professor/aluno no processo educacional⁴.

Recentemente, o modelo anterior de educação, vinha se caracterizando por não conduzir as necessidades dos educandos, e essa questão levou à compreensão de que havia a necessidade de empreender um novo modelo de educação que visasse diretamente as necessidades dos educandos, constituindo-se assim, no modelo atual que rege a educação brasileira⁵.

Mantovani (2007)⁶, cita o pensador Rodrigues, onde para ele a educação se coloca como um desafio, e não se resume a transmissão de conhecimento, mas num processo de interação, para isso é essencial a percepção do professor perante as limitações e habilidades dos aprendizes, envolvendo um contexto sociocultural e individu-

al.

A educação, como parte complementar do mecanismo social, também busca de maneira gradativa beneficiar uma educação inclusiva favorecendo o movimento com base no princípio legal da “educação de qualidade para todos” e conduzindo novos rumos para a sociedade².

A educação inclusiva deve permutar a prática do ensino tradicional, em que todos os alunos precisam se adequar ao método com o objetivo que todas as crianças, deficientes ou não, tenham acessibilidade e aproveitamento nas escolas independente das suas diferenças⁷.

A inclusão social de pessoas com deficiência apresenta consideráveis conquistas. Elas passaram a ter acesso ao trabalho, fazendo parte de um quadro de colaboradores, seja no âmbito público ou privado.

Com o surgimento da denominada Lei de Cotas – Lei 8213/91, permitiu a inclusão efetiva dessas pessoas no mercado de trabalho. Além disso, é perfeitamente possível visualizar a inclusão social no meio físico, com a elaboração de banheiros adaptados, rampas de acesso, guias rebaixadas, pisos táteis, sinais sonoros, etc.

A educação inclusiva no Brasil visa adentrar os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, conforme a Constituição Federal de 1988, onde o Art. 205, ressalta:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”⁸.

Cidadania é o desenvolvimento de valores, quais sejam: Solidariedade, Justiça, Tolerância. Cidadão é o que luta, clama por seus direitos, participando de decisões e convivendo em coletividade.

A educação vem para isso, para preparar crianças, jovens, adultos, deficientes ou não, independentemente da classe social que ocupa, raça ou etnia, prepará-los para exercerem com consciência o seu papel de cidadão perante o meio em que vivem.

Por esta razão é que a nossa magna carta, de 1988, se preocupou em elencar no seu artigo 205 a importância da educação, da inclusão social, e o papel do indivíduo na coletividade, exercido através da cidadania.

Para Martins (1999)⁵ não se pode exigir que a criança que apresenta deficiência se adeque às exigências escolares, mas, sim que a escola se adapte às condições dessa criança, com isso há uma maior necessidade do educador compreender seus alunos, analisar e mudar suas atitudes, suas estratégias de ensino, até que consiga obter desfecho na tarefa de ensiná-los. Para tanto, melhores condições precisam ser proporcionadas a esse educador, principalmente no preparo para desempenhar a função docente e acompanhamento técnico.

O professor neste contexto é ainda mais relevante, o mesmo possui um papel importante no processo de inclusão. As pessoas com Síndrome de Down possuem menos desenvolvimento físico e mental do que outras crianças da mesma idade e, em sua multiplicidade apresentam a deficiência mental de nível moderado cujo QI é de 20 a 49, citado pela Organização Mundial de Saúde⁹.

A Síndrome de Down tem sido assunto rodeado em matérias jornalísticas, propagandas, filmes, e novelas, o que demonstra que o tema tem sido motivo para discussões no meio social. Longe de estar equilibrado, o problema da inclusão no Brasil exige-se grandes debates, afinal, o cidadão comum necessita ser incluído com dificuldades ou não, independentemente de sua limitação.

Pessoas com Síndrome de Down são consideradas pessoas com necessidades especiais, que ultimamente estão substituindo escolas de educação especial para as escolas de ensino regular. Assim, para que ocorra a integração ou a não exclusão dos alunos é necessário trabalhar todo o contexto da escola e da sociedade, pois se a inclusão e integração não suceder efetivamente, pode acarretar em mais preconceitos com os deficientes⁷.

Segundo Silva (id.)⁷ toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades com direito a educação, devendo ser oferecido a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. São inúmeras as barreiras que surgem na sala de aula, devendo ser encaradas com a determinação e criatividade do professor, no processo de aprendizagem e educador.

Acredita-se que a inclusão do aluno com Síndrome de Down seja mesmo desafiador, mas analisar a sugestão de inclusão é o que faz toda a diferença na maneira de como exercer e colaborar para que a inclusão realmente aconteça, oportunizando uma melhor qualidade de educação para todos os alunos.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo identificar e compreender através da revisão de literatura, a necessidade de formação pedagógica do educador para atuar na inclusão social do educando portador de Síndrome de Down.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura de acordo com os objetivos propostos para a seleção dos artigos utilizou-se acesso *on-line* a base de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

A revisão de literatura é a apreciação realizada pela resenha da informação disponibilizada por diversos estudos pertinentes sobre um determinado tema, reunindo o conhecimento existente e a conclusão do assunto de interesse¹⁰.

A busca pelos artigos foi limitada pelo período de 1988 a 2013, utilizando-se as seguintes palavras: educação inclusiva, portadores de deficiência, síndrome de Down. Os critérios de inclusão das referências para a

presente revisão foram: artigos completos publicados em português e disponível eletronicamente. Os critérios de exclusão foram artigos com ano de publicação inferior ao ano 1988 e idioma estrangeiro. Após os critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 13 e em seguida a leitura foi realizada na íntegra.

3. RESULTADOS

Segundo Carvalho e Viana (2009)¹¹ educar não é transmitir ou transferir conhecimento, e sim cooperar para pensar bem, contribuir para o surgimento de novos hábitos de pensamento, sentimento e ações. Para Maissiat e Carreno (2010)¹² no processo de ensino o professor é um facilitador de conhecimentos, onde a prática-pedagógica não está voltada ao reproduzir saber e, sim a trocar conhecimentos.

Portanto, nota-se várias situações de aprendizado no processo de ensino aprendizado entre aluno e professor, como saber ouvir o aluno, manter diálogo, possuir iniciativa afim de obter a troca de experiência para uma melhor qualidade de ensino.

A educação inclusiva no Brasil tem o escopo de inserir os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, alicerçando-se na Carta Magna de 1988, no qual em seu artigo 5, garante a todos o direito à igualdade. Já em seu artigo 205, versa sobre o direito de todos à educação propondo o “*pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”⁸.

Para tanto, a inclusão necessita de mudanças de valores na sociedade e a vivência de um novo desafio, que não ocorre com simples recomendações ou cumprimento de leis, mas sim com o conhecimento de reflexões dos profissionais da educação, pais, alunos, e comunidade, levando em conta a realidade de cada pessoa e o contexto social na qual está inserido¹³.

De acordo com Santin e Zych (2012)¹³ até a década de 1950, não era questionada a educação de pessoas com necessidades especiais no Brasil, a qual iniciou-se somente no século XIX, em que a educação especial teve maior atenção das instituições educacionais e dos órgãos do governo.

A partir de junho de 1994, a inclusão teve seu marco histórico, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, na qual 92 países assinaram o documento, que tem como principal finalidade: “*Todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem*”¹⁴.

Os bons resultados diante desse trabalho se faz necessário ser em conjunto, com a equipe pedagógica, família e sociedade, com o objetivo de proporcionar qualidade ao indivíduo, com melhores oportunidades na sociedade.

Vale mencionar as políticas educacionais do MEC ao dispor sobre educação inclusiva – Lei 10.172/2001, que trata sobre a flexibilidade e a diversidade que cabe à educação especial e a Resolução n. 2/2001, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a qual inaugura para os sistemas escolares a instigação de se organizar para integrar os alunos e cuidar de suas necessidades educacionais especiais. Assim, no Brasil consolidou-se em Lei o princípio de que a escolarização da criança com necessidades educacionais especiais deve ocorrer, preferencialmente em escolas regulares e com atendimento de qualidade¹⁵.

Para Silva (Op. Cit., 2009)² a predisposição dos professores frente a diversidade tem um papel fundamental na compreensão individual de cada aluno, auxiliando nos obstáculos já existentes. Porém, nem sempre esses profissionais estão preparados para tal desafio, pois diversas vezes está relacionado a sua formação inicial, que necessita de atualização contínua diante das exigências da educação inclusiva.

O novo modelo do sistema educacional exige professores dinâmicos, criativo, a fim de construir uma rede de interações, com um trabalho contínuo (SILVA, id.)². Já Saad (2009)⁹ educar uma criança portadora de Síndrome de Down exige além de integração, um momento que possa ser individualizado, afim de identificar as dificuldades de cada aluno.

Para Bazílio e Hansel (2013)¹⁵, a escola é a local responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim função social reguladora e formativa para os alunos, não havendo discriminação, diferenciação ou preferência adotada para promover a integração social, e sim o direito à igualdade dessas pessoas; sendo essas escolas um dos principais espaços de construção de cidadania com papel fundamental em seu desenvolvimento.

As escolas ainda não estão aptas para receberem crianças com deficiência, mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação ainda há barreiras que intervêm no aprendizado do aluno especial; essas barreiras não existem somente para pessoas com deficiência.

Diante das afirmações dos autores, nota-se que é importante renovar e inovar, sendo indispensável obter interesse, estímulos e incentivo institucional em que se atua para obter essa mudança na vida social do indivíduo portador de Síndrome de Down.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa mostra que há uma política com proposta inclusiva no Brasil que, embora imperfeita, busca orientar o caminho da inclusão. E, mesmo que não se estabeleça o ideal, o inédito viável, com a inclusão como prática, pode declarar-se um sonho possível.

O aluno com Síndrome de Down, assim como os demais indivíduos, tem direito à educação e esta precisa

acontecer em um ambiente comum a todos, onde possa operar a sua cidadania, construir os seus conhecimentos e interagir com o grupo adaptando-lhe, sempre que necessário atendimento educacional especializado.

Por sua vez, podem e devem estar no ensino regular e merecem mais cuidado, intervenção e cautela em algumas áreas, quais sejam: percepção, atenção, memória, aspectos psicomotores, leitura e escrita, lógico-matemática, linguagem, atividades cotidianas, assim como nos aspectos sociais, afetivos e emocionais.

O processo de desenvolvimento do discente com Síndrome de Down geralmente é bastante semelhante ao dos alunos sem a síndrome. As etapas e as grandes evoluções são atingidas, embora em um ritmo mais lento. Conseqüentemente deve-se garantir a esse educando experiências que sejam fundamentais para o seu desenvolvimento, pois, dentro de suas potencialidades podem abraçar estágios muito mais avançados de raciocínio e de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- [1] (Brunoni, 2006).
- [2] Silva BKL. Inclusão escolar de uma criança com síndrome de down. Congresso Nacional de Educação.v. 4, n. 26. 2009.
- [3] Fernandes CNS. Refletindo sobre o aprendizado do papel de educador no processo de formação do enfermeiro. Revista latino americana enfermagem, v.12, n.4, P.691-3, 2004.
- [4] Friedlander Mr, Moreira MTA. Formação do enfermeiro: características do professor e o sucesso escolar. Revista Brasileira Enfermagem, v.59, n.1, p.9-13, 2006.
- [5] Martins LAR. Integração escolar do portador de síndrome de down: um estudo sobre a percepção dos educadores. Revista Brasileira de Educação Especial, v.5, n.1, p.75-83, 1999.
- [6] Rodrigues J, Mantovani MF. O docente de enfermagem e sua representação sobre a formação profissional. Escola Anna Nery Enfermagem, v.11, n.3, p.494-9, 2007.
- [7] Silva E. O. Síndrome de Down: O olhar da família e da professora na educação inclusiva. São Paulo, 2011. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2011.
- [8] Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988.
- [9] Saad SN. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de down. Revista Brasileira Educação Especial, v.9, n.1, p. 57-78, 2003.
- [10] Mancini MC, Sampaio RF. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. Revista Brasileira fisioterapia, v.10, n.4, p.361-472, 2006.
- [11] Carvalho RS, Viana L De O. A formação do enfermeiro docente do ensino médio profissionalizante na relação com o princípio da interdisciplinaridade. Enfermaria Global, n.15, 2009.
- [12] Maissiat GS, Carreno I. Enfermeiros docentes do ensino técnico em enfermagem: uma revisão integrativa. Revista destaques acadêmicos, n.3, 2010.

- [13]Santin AAC, Zych AC. Apoio familiar na inclusão de crianças com Síndrome de Down no ensino regular. 4º Congresso Internacional de Educação Pesquisa e Gestão. Educação Inclusiva: Desafios e possibilidades, 2012.
- [14]Declaração de Salamanca. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas. Brasília: UNESCO, 1994.
- [15]Bazílio LS, Hansel AF. O Processo de Inclusão do Aluno com Síndrome de Down no Ensino Fundamental. 5º Congresso Internacional de Educação Pesquisa e Gestão. Educação Inclusiva: Desafios e possibilidades, 2013.

